

EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

Maria João Melícias

Miguel Sousa Ferro

O número 35 da Revista de Concorrência & Regulação é o primeiro número a ser disponibilizado *online* e em *open source*. Este é um passo importante para a prossecução dos objetivos da Revista, contribuindo para aumentar a acessibilidade dos estudos e opiniões publicados, tanto nacional como internacionalmente. Passará também a ser possível divulgar antecipadamente os artigos que virão a ser incluídos nos números vindouros, permitindo que estes cheguem ao conhecimento dos interessados mais rapidamente do que até agora. A C&R passará a ser disponibilizada, em formato PDF, através da página de internet da Autoridade da Concorrência, sendo divulgada também por outras vias.

O presente número é especial também por outro motivo. É o número

Issue 35 of the Revista de Concorrência & Regulação is the first issue to be made available online and in open source. This is an important step in the direction of achieving the objectives of the journal, contributing to increase the accessibility of the studies and opinions published in it, both nationally and internationally. It will also make it possible to divulge, beforehand, the papers which will come to be included in the upcoming issues, allowing those papers to be known by interested readers at an earlier stage than the current practice allowed. C&R will be made available, in PDF format, through the webpage of the Portuguese Competition Authority (AdC). Additionally, it will be divulged through other means.

The present issue is special for an additional reason. It is the issue which

que comemora os 15 anos da Autoridade da Concorrência. A reforma institucional do *public enforcement* da concorrência em Portugal, realizada em 2003, mudou radicalmente a realidade do direito da concorrência no nosso país, consagrando finalmente a política de concorrência como uma realidade efetiva entre nós. 15 anos passados, os vários Presidentes do conselho de administração da AdC, o Presidente da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa, António Saraiva, e o Presidente da DECO – Associação Portuguesa de Defesa do Consumidor, Eng.º Vasco Colaço, refletem sobre o historial e resultados da AdC, mas também sobre o seu futuro, os objetivos a traçar e as áreas mais merecedoras de atenção.

Os artigos publicados neste número debruçam-se sobre um amplo leque de temas, incluindo algumas das atuais grandes controvérsias no direito da concorrência da União e no direito regulatório.

Bernardo Sarmento e Jorge Padilla debruçam-se sobre um dos temas que tem repetidamente surgido em casos a nível nacional e da União – a troca de informação entre concorrentes. Apela a uma abordagem económica mais focada nos efeitos das práticas. No entender destes autores, não é tanto a questão da qualificação de certas trocas como restrições por objeto que tem de merecer atenção, mas sim a efetividade da possibilidade

commemorates the 15 years of the AdC. The institutional reform of public enforcement in Portugal, carried out in 2003, radically changed the reality of competition law in our country, finally ensuring that competition policy became an effective reality in our midst. 15 years later, the several Presidents of the AdC's Board, the President of the Portuguese Industry Confederation (CIP), António Saraiva, and the President of the Portuguese Association for Consumer Protection (DECO), Vasco Colaço, reflect on the history and the results of the AdC, but also on its future, the objectives which should be aimed for, and the areas more deserving of attention.

The papers published in this issue tackle a broad range of topics which include some of the greatest controversies in EU competition law and sector regulation today.

Bernardo Sarmento and Jorge Padilla look at one of the topics which has repeatedly come up in European and national cases – the exchange of information between competitors. They speak out for an economic approach more focused on the effects of the practices. According to these authors, it is not so much the issue of qualifying certain exchanges as object restrictions which merits attention, but the effectiveness of the possibility for undertakings to show

das empresas em causa demonstrarem efeitos positivos ou ausência de efeitos anticoncorrenciais.

Carlos Oliveira Cruz e Joaquim Miranda Sarmiento analisam, numa ótica económica, o invulgar caso de uma fusão entre empresas de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias. A fusão das empresas portuguesas Estradas de Portugal e REFER foi justificada com eficiências ao nível dos custos, mas também com sinergias que permitiriam a expansão das receitas. Os autores descrevem o modo como a operação foi implementada e os indícios de cumprimento dos seus objetivos.

Carlos Pinto de Abreu fornece-nos uma introdução aos principais problemas enfrentados pelos reguladores na gestão de informação de terceiros a que têm acesso no exercício das suas funções, e dos cuidados que devem ter nessa gestão e na recolha de prova. O autor aventura-se nesta temática caracteristicamente objeto de acesos debates com uma posição assente numa preocupação marcadamente de garantia dos direitos dos regulados e particulares.

Fernando Pereira Ricardo discute uma controvérsia financeira entre o Governo e as autoridades reguladoras independentes. Algumas vozes têm sugerido que a sua independência está a ser ilegitimamente limitada pela aplicação das normas de cativações às receitas próprias dos

positive effects or absence of anticompetitive effects.

Carlos Oliveira Cruz and Joaquim Miranda Sarmiento analyse, from an economic perspective, the unusual case of a merger between undertakings owning road and railway infrastructures. The merger of the Portuguese companies Estradas de Portugal and REFER was justified with cost efficiencies, but also with synergies which would allow the expansion of income. These authors describe the way the concentration was implemented and the evidence that its objectives may be met.

Carlos Pinto de Abreu provides us with an introduction to the main problems faced by regulators managing information supplied by third parties to which they have access when exercising their powers, and the cares which should be had in handling and collecting evidence. The author ventures into this characteristically controversial topic with a position resting on a marked concern for the protection of the rights of regulated entities and private persons.

Fernando Pereira Ricardo looks at a financial controversy which has affected between the Government and the independent regulatory authorities. Some voices have suggested that their independence is being unduly curtailed by the application of public expenditure freeze

reguladores. Este autor apresenta esta linha de argumentação jurídica, num esforço de promoção do debate e de esclarecimento desta questão com tanto impacto para todos os reguladores independentes nacionais.

Marta Borges Campos, juíza no Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão, apresenta uma visão geral da atividade do Tribunal, desde a sua criação, na área do direito da concorrência. Esta análise, atualizando um texto anteriormente publicado nesta Revista e agora disponibilizada em inglês, fornece informação estatística e quantitativa, mas identifica também os principais contributos do tribunal em questões jurídicas controversas.

Sérgio Sousa, também juiz no TCRS, fornece-nos uma preciosa súmula da jurisprudência do Tribunal sobre a especialmente debatida questão do acesso a prova e da proteção de informação confidencial incluída em elementos de prova recolhidos pelos reguladores, quer sejam usados em decisões condenatórias, quer não o sejam.

Sofia Oliveira Pais aventura-se na guerra em curso pela alma do direito da concorrência. Numa altura em que a Comissão Europeia da Concorrência e a ANC alemã defendem, mais ou menos abertamente, a expansão dos objetivos e preocupações subjacentes ao direito da concorrência para passar a incluir considerações

rules to the regulators' own revenue. This author expresses this line of legal argument, in an effort to promote debate and to clarify this issue of such significant impact to all national independent regulators.

Marta Borges Campos, judge at the Competition, Regulation and Supervision Court (TCRS) provides us with a general overview of the activity of the Court, ever since its creation, in the field of competition law. This analysis, which updates a text previously published in this journal and is now made available in English, provides statistic and quantitative information, but also identified the main contributions of this Court to controversial legal issues.

Sérgio Sousa, also a judge at the TCRS, provides us with an extremely useful summary of the jurisprudence of the Court relating to the particularly heatedly debated issue of access to evidence and the protection of confidential information included in evidentiary elements collected by regulators, whether they are used in decisions or not.

Sofia Oliveira Pais ventures into a war which is ongoing for the soul of competition law. At a time when the European Competition Commissioner and the German NCA argue, more or less openly, that the concerns and objectives underlying competition law should be expanded to include also considerations of equity and loyalty, the

de equidade e lealdade, a Professora toma partido, com algumas ressalvas, por esta posição que entende que o direito da concorrência poderá ser utilizado em termos mais amplos do que até agora tem sido.

Uma palavra final de agradecimento à Dra. Mariana Tavares, que desempenhou breve mas excelentemente as funções de presidente do conselho de redação da C&R. Desejamos-lhe as maiores felicidades nas suas novas funções, nas quais continuará a contribuir para a reflexão e o avanço do direito da União Europeia. Estamos muito gratos ao Dr. Ricardo Bayão Horta, que aceitou assumir estas exigentes funções.

Professor takes a stand, with a few caveats, in favour of this position which believes competition law may be used in a way which is broader than the uses to which it has been put to so far.

A final word of thanks to Mariana Tavares, who carried out, briefly but brilliantly, the functions of president of the executive board of C&R. We wish her the best of luck in her new functions, in which she will continue to contribute to the reflection and advancement of European Union law. We are very grateful to Ricardo Bayão Horta, who has accepted to take on these demanding functions.